

Periódico: Acritica		Data: 07/02/2019	
		Publicação: 07/02/2019	
Referência da Matéria: Dedos-duros		<input checked="" type="checkbox"/> Com foto	<input type="checkbox"/> Sem foto
Caderno/Página/Coluna Opinião, A4	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input checked="" type="checkbox"/> Artigo
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro
			Nota <input type="checkbox"/> Classificados

Artigo

Dedos-duros

Pertencem à classe dos cidadãos (aprendi na cartilha do Ministro da Cultura, que não foi onde aprendi o significado de poltrões, espertalhões e vendilhões). Como um desses cidadãos, sobretudo os que não correspondem à rima da fala ministerial, acompanho entre perplexo e temeroso o rumo que ele e seu colega da Educação pretendem impor às políticas e atividades de suas respectivas pastas. Não é que ambos estejam da orquestração regida desde o primeiro dia deste ano. A rigor – e isso outros comentaristas têm destacado – Jair Bolsonaro vem cumprindo do jeito que pode as promessas de campanha. Deseja garantir a paz genericamente desejada. Assina um decreto,



José Seráfico

Professor da Ufam e Articulista de A CRÍTICA e-mail: jserafico@uol.com.br

pronto! O problema está resolvido, pelo menos aos olhos dos que governam. Ou apenas incensam os que governam. Eles os há e haverá, sempre e por toda parte. Se o propósito é impedir que os cidadãos (estes, os que realmente sabem o que é a cidadania e a reclamam) tomem conhecimento do que se passa nos bastidores de Brasília, nada que um ato oficial tomado sob o silêncio e a distância do Congresso não possa resolver. Pronto, é fácil evitar que a

população exerça sua cívica curiosidade. Aos banqueiros, empreiteiros e assemelhados e aos setores corporativos do serviço público, nada melhor do que preservar seus lucros e seus privilégios. Afinal, dentre os segundos estão muitos sobre cujas mesas de trabalho cairão matérias do interesse dos que governam. Justo, portanto, mantê-los bem-aquinhoados, fartos, docemente acessíveis. Aos primeiros, convém como sempre convirá oferecer oportunidade de lucros ainda maiores. Quem sabe até garantindo que poderão produzir mais algumas de suas obras-primas, como Mariana e Brumadinho! Para que o patronato nacional e internacional deixe de incomodar, nada melhor para os que realmente trabalham e lhes asseguram lucros obscenos, quem inventaria algo

melhor que uma mexida na previdência pública? Neste caso, com uma vantagem adicional, da qual resultará mais dinheiro entrando no Erário e no caixa das empresas de previdência privada. Aos trabalhadores, lógico, não agrada tanta generosidade beneficiária dos ricos e prejudicial aos pobres. Então, que se restrinjam os seus direitos, inclusive o de associação. A criminalização das entidades que defendem os excluídos e as restrições às mais variadas formas de ação solidária, portanto, são a melhor alternativa nesse cardápio indigesto. Por que tolerar índios e negros, e mulheres e homossexuais, camponeses e velhos, se apenas poucos deles têm vez e voz nos arredores palacianos? Avance-se contra as áreas reservadas aos descendentes dos donos originais,

estabeleçam-se políticas públicas capazes de conter sua oposição, pratique-se tudo quanto possa anular eventuais (fragilimos, já se sabe) ganhos obtidos nas últimas décadas! Finja-se nada envolver familiares do Presidente da República. Garotos, como sabemos, costumam praticar certas ações próprias da idade. A redução da maioridade penal não é coisa que se possa impor a todos. Somente alguns, de preferência negros e pobres, é que poderão ser apenados mal saídos das fraldas. Neste caso, a notoriedade assegurada pela Lava Jato não inspira qualquer pretensão. O silêncio é a resposta. Nada disso, porém, esteve ausente da campanha eleitoral. Ao contrário, não faltaram dedos apontando as ameaças. Os dedos que agora se anunciam podem repetir dedos do passado.

Periódico: Acritica		Data: 07/02/2019	
		Publicação: 07/02/2019	
Referência da Matéria: Constituição cidadã		x	Com foto
			Sem foto
Caderno/Página/Coluna Bem viver, BV2, Julio Ventilari	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	X Espontânea	x Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	x <input type="checkbox"/> Neutro		Outro
			Nota
			Classificados

livro>> Projeto foi coordenado por Júlio Lopes, em parceria com o professor Carlos Filho. Lançamento será neste sábado (9)

Constituição Cidadã

Vinte e dois renomados juristas amazonenses se reuniram, sob a coordenação do advogado e jornalista Júlio Antonio Lopes e do professor e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho, para escrever a obra "Direito de Expressão - Estudos em homenagem aos 30 anos da Constituição Cidadã - a Carta da Liberdade", que será lançada no próximo sábado (09), a partir das 9h30, no auditório da Faculdade Santa Te-

resa, parceira do projeto, que fica na rua Acre, nº200, bairro de Vieir Alves.

O livro é o primeiro a levar a chancela da Academia de Ciências e Letras Jurídicas do Amazonas (ACLJA), fundada em 2017 e que tem como patrono Bernardo Cabral, o Reitor Geral da Constituição de 1988, cujo artigo, intitulado "A Constituição e a Liberdade de Imprensa", abre os trabalhos. Muitos dos autores são membros da Academia.

"Durante a troca de ideias, ressaltamos a convicção de que se deve

SERVIÇO

o quê: Lançamento do livro "Direito de Expressão - Estudos em Homenagem à Constituição Cidadã, a Carta da Liberdade"

onde: Auditório da Faculdade Santa Teresa (Rua Acre, 200, Vieir Alves)

quando: Sábado, 9 de fevereiro, a partir das 9h30

quanto: Acesso gratuito

à imprensa do Brasil a prestação de inestimáveis serviços ao País. Sem ela, os nossos irmãos negros continuariam escravos, e, sem ela - era nosso remate final - talvez não existisse a proclamação da República. A Constituição de 88 assegura a liberdade de imprensa como poucos países do mundo", diz Cabral.

A temática da obra foi inspirada na coluna semanal "direito de ex-



O livro é o primeiro a levar a chancela da Academia de Ciências e Letras Jurídicas do AM

pressão", especializada em direito e informação, que Júlio Antonio Lopes manteve por treze anos nas páginas do jornal A CRÍTICA, onde abria espaço para o noticiário e para o debate das questões consideradas importantes para as comunidades jurídica e jornalística.

"Reunimos, agora, um time de craques para celebrar o aniversário da Constituição de 88 e para ressaltar-lhe os aspectos que, na minha opinião, fazem dela a Carta da liberdade de expressão, de informação e de comunicação, direito preferencial, que não pode ser alvo de censura, mas que comporta regramentos e que é, enfim, o verdadeiro oxigênio das democracias".

Periódico: Brasil de Fato		Data: 07/02/2019	
		Publicação: 07/02/2019	
Referência da Matéria: A irresponsável tentativa de acabar com os cursos de Ensino Médio Integrado		<input checked="" type="checkbox"/>	Com foto
			Sem foto
Caderno/Página/Coluna https://www.brasildefato.com.br/2019/02/06/artigo-or-a-irresponsavel-tentativa-de-acabar-com-os-cursos-de-ensino-medio-integrado/	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input checked="" type="checkbox"/> Artigo
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro
			Nota
			Classificados

Artigo | A irresponsável tentativa de acabar com os cursos de Ensino Médio Integrado No apagar das luzes, gestão Temer propôs a divisão do maior Instituto Federal do país

Rogério de Souza*

São Paulo (SP)

6 de Fevereiro de 2019 às 21:07



Ex-ministro da Educação, Rossieli Soares, anunciou que dois novos Institutos serão constituídos no interior paulista / Valter Campanato / Agência Brasil

A expressão popular “no apagar das luzes” é costumeiramente empregada na política brasileira para se referir a atos inesperadamente adotados no final de mandatos. Por conseguinte, no término das gestões públicas dos diferentes órgãos federativos o cidadão comum precisa ficar de sobreaviso pois nessa época coisas estranhas acontecem nas entranhas do poder, e, em muitos casos, as suas consequências não são facilmente

identificadas.

Infelizmente no final do governo Michel Temer essa sina se repetiu. Elevação no valor da conta de luz, aumento de 16% para o Poder Judiciário, Refinanciamento de Dívidas Fiscais (Refis), etc. Na Educação, no dia 28 de dezembro de 2018, circulou um comunicado da Presidência da República anunciando o desmembramento dos Institutos Federais da Bahia, Baiano e de São Paulo e da Universidade Federal do Amazonas.

Nos primeiros dias deste ano divulgou-se o Projeto de Lei n. 11.279 e descobrimos que a proposta lançada aos 45 minutos do segundo tempo pelos tecnocratas do governo Temer é mais terrível do que o anunciado. O PL em questão altera a lei de criação dos Institutos Federais (11.892/2008); a lei que cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação destinados as instituições federais de educação (11.740/2008); a lei de criação da empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.; e cria novos Institutos Federais (IF's), a Universidade Federal do Médio e Baixo Amazonas e a Universidade Federal do Médio e Alto Solimões.

Assim, o Projeto de Lei assinado por Rossieli Soares, até então Ministra da Educação, propõe a criação de duas novas universidades para o Estado do Amazonas – o qual atuou como Secretário de Educação; e a constituição de 3 novos Institutos Federais a partir do desmembramento dos IF's Baiano, da Bahia e de São Paulo. Dessa maneira, os baianos que já possuem 2 reitores do IF passariam a ter 3 Institutos Federais, com a nova reitoria em Ilhéus. No IFSP, o maior do Brasil com 36 campi, decorreria algo semelhante: desmembramento da escola e a constituição de mais duas reitorias, assim, teríamos uma sede em São Paulo (Instituto Federal de São Paulo), uma sede em Campinas (Instituto Federal do Centro Paulista) e uma sede em São José do Rio Preto (Instituto Federal do Oeste Paulista) - estranhamente esta última cidade não possui um campus em funcionamento, a proximidade entre o atual prefeito e o ex-presidente Temer seria o motivador principal.

O desmembramento das instituições federais de educação provoca espanto e desconfiança pelo fato de não ter ocorrido discussão ampla e participativa nos fóruns adequados dessas organizações escolares:

conselhos superior e universitário. No caso dos Institutos Federais, nem mesmo o CONIF (O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) tinha conhecimento detalhado da proposta. O documento em si até registra que a decisão será regulamentada por órgãos competentes, mas não destrincha o processo, gerando dúvidas se isso ocorrerá realmente. “§ 7º Os desmembramentos do Instituto Federal de São Paulo e do Instituto Federal da Bahia e do Instituto Federal Baiano para as criações a que se referem os incisos XXXIX, XL e XLI do caput serão regulamentados em ato do Poder Executivo federal.” Transmite, dessa forma, a sensação que o interesse nobre de criação de novas instituições educacionais de qualidade tem, na verdade, motivação política (ocupar cargos). Além disso, o PL:

1) propõe a alteração na lei que estabelece as normas para a ocupação dos cargos de Reitor(a) e Diretor(a) nos Institutos Federais. Na prática, torna o processo mais rígido ao elevar as exigências para a disputa desses cargos: “ter o mínimo de quatro anos de experiência comprovada em gestão na Educação Profissional e Tecnológica” para o cargo de reitor(a); e “ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública” para Diretor(a).

2) restringe nos IF's a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu mestrado e doutorado na categoria profissional, impossibilitando que essas instituições ofereçam pós-graduação acadêmica e, conseqüentemente, prejudicando o desenvolvimento de pesquisa de base e inovação de ponta: “cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado profissional, alinhados com a oferta verticalizada, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológicas.”

3) desobriga os IF's a disponibilizar vagas para os cursos de Licenciatura. Atualmente a lei prevê que 20% das vagas sejam ofertas para os cursos de Licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, disciplinas carentes de docentes.

Desempenho coreano no PISA

O Projeto de Lei n. 11.279 também modifica medida que determina que 50% das vagas dos Institutos Federais sejam destinadas aos cursos técnicos de ensino médio, prioritariamente na forma integrada. Atualmente a lei de criação dos IF's (11.892/2008) estabelece no seu artigo 7º, inciso I, que um dos seus objetivos é “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008). No entanto, o PL propõe algo genérico: “ministrar educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”.

O Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais tem contribuído para modificar uma pequena parcela da combalida escola média brasileira. Na rede federal, os educandos têm a possibilidade de cursar, de maneira integrada e equilibrada, as formações geral e profissional. Essa recente experiência (modelo se consolida a partir de 2008) apresenta números expressivos nos diferentes instrumentos de avaliação do ensino, levando a mídia a noticiar que os “Institutos Federais apresentam desempenho coreano no PISA”.

Portanto, constituídos em 2008 a partir das Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e os Centros de Educação Federal e Tecnológica (CEFET's), os Institutos Federais transformaram-se, rapidamente, em referência educacional em todo o país, ocupando rotineiros espaços nos noticiários com matérias ressaltando pesquisas, invenções e projetos pedagógicos inovadores desenvolvidos nos seus campi; prêmios internacionais; e o desempenho dos seus estudantes nos diferentes testes de avaliação. Sobre esse último ponto, ganhou destaque o resultado no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), prova organizada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e que revelou que os estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado dos IF's apresentam índices acima da média nacional em Ciências, Leitura e Matemática, aproximando-se do desempenho daquelas nações que são consideradas as grandes potências educacionais. Atualmente os Institutos Federais estão organizados em 38 reitorias, possuem mais de 640 campi espalhados por todo o país e registram mais de 1 milhão de estudantes, com uma demanda crescente. Localizadas em diferentes cidades do Brasil, principalmente naquelas do interior, as unidades apresentam uma estrutura de ensino verticalizado e ofertam cursos técnicos de nível médio, superiores (com destaque para as Licenciaturas e Engenharias) e pós-graduação. Por conseguinte, os educandos nos diferentes níveis de ensino trabalham com docentes qualificados e encontram na Instituição oportunidades para desenvolver pesquisa e extensão.

Mas essa iniciativa corre o risco de ser interrompida pois além de não mencionar o Ensino Médio Integrado, o documento determina que os IF's reservem 70% das suas vagas para cursos técnicos de nível médio. "No desenvolvimento da sua ação acadêmica, as unidades dos Institutos Federais, em cada exercício, deverão garantir o mínimo de setenta por cento de suas matrículas-equivalentes em cursos de educação profissional técnica de nível médio."

Concatenado à Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017), esse PL poderá, no limite, forçar os IF's a ofertar cursos técnicos de nível médio de tipo concomitante, e as suas vagas serão preenchidas pelos estudantes que se matricularem em uma escola de ensino médio regular. Em outras palavras, o governo federal resolveria dois problemas da educação brasileira com esse PL: ofertar o 5º itinerário da Reforma do Ensino Médio e diminuir a taxa de evasão dos cursos técnicos de nível médio de tipo concomitante país a fora. Contudo, a experiência bem sucedida dos cursos de Ensino Médio Integrado desenvolvida nos Institutos Federais seria interrompida, pois mais uma vez o país assistiria a sua triste sina: jogar fora o bebê junto com a água do banho.

IFSP e a divisão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) possui mais de 45 mil estudantes e hoje é a maior instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) do Brasil. Fundado em 1910 como Escola de Aprendizes Artífices, o IFSP recebeu diferentes denominações (Liceu Industrial, Escola Industrial, Escola Técnica Federal e CEFET) e tornou-se, ao longo dos tempos, referência nos ensinos técnico e superior – seu curso de Arquitetura e Urbanismo é, ano após ano, o mais concorrido do SiSU (Sistema Unificação de Seleção).

Atualmente o IFSP é constituído por 36 campi, mais de 2.900 docentes (principalmente mestres e doutores) e quase de 2.000 técnico-administrativos. Assim, está entre as maiores instituições de ensino técnico de nível médio e superior público do país.

Para a surpresa dessa grande comunidade, no dia 23 de novembro, durante uma rotineira cerimônia de entrega e assinatura da ordem de serviço do prédio que abrigará o futuro campus São José do Rio Preto, o então Ministro da Educação, Rossieli Soares, fez o anúncio de que o Estado de São Paulo receberá duas novas reitorias, ou seja, dois novos Institutos serão constituídos no interior paulista. "Nós estamos trabalhando e pretendemos apresentar, ainda nesse ano, a criação de mais dois novos Institutos Federais no Estado de São Paulo", disse o ministro ([confira no vídeo](#)). Hoje, as 36 unidades estão situadas em diferentes municípios (multicampi) e são administradas por uma única reitoria, localizada na cidade de São Paulo.

O anúncio provocou espanto geral pois o país encontra-se em uma crise econômica, com mais de 13 milhões de desempregados, e o atual governo do presidente eleito fala em contingenciamento e sanar as contas públicas. O pronunciamento de Soares também chamou a atenção porque esse tema sobre a divisão do IFSP não é novidade e em março do ano passado circulou pelas redes sociais estudo do Ministério da Educação (MEC) que apontava para o reordenamento e criação de reitorias pelo país. Na ocasião, após manifestação contrária de alguns gestores, sindicatos dos servidores, organizações estudantis e o CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC-MEC) divulgou nota (Ofício 322/2018) assinalando que "eventuais alterações no arranjo estrutural das instituições que compõem a Rede Federal somente deverão ser realizadas após ampla discussão e profundo debate entre SETEC, instituições e comunidade em que estão inseridas." Contudo, não é isso que ocorre. Ainda no primeiro semestre de 2018 os constrangimentos foram de tal monta que a reitoria do IFSP realizou, às pressas, uma consulta sobre a divisão. Os participantes (servidores) demonstraram ser a favor de uma divisão desde que esta seja fruto de ampla discussão e conte com a participação ativa da comunidade interna.

Como Soares tornou-se Secretário de Educação do Estado de São Paulo (gestão João Doria), o PL aparenta desejar agradar o novo "chefe" e o eleitor paulista, pois o documento assinado não apresenta dados, estudo de impacto, metodologia e fontes de recursos para a divisão do IFSP. Ou seja, de maneira inconsequente e na véspera do período de recesso e férias de estudantes e docentes, o então Ministro da Educação criou incerteza jurídica e instabilidade pedagógica para milhares de pessoas ligadas diretamente aos Institutos Federais.

Diante do exposto, cabe à comunidade das instituições federais de ensino em questão e aos movimentos sociais ligados à Educação rechaçarem a forma como esse Projeto de Lei foi constituído e proposto, isto é, exigir a participação ativa e republicana dos envolvidos diretamente. Para isso, a

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



conversa e, no limite, pressão aos novos e antigos congressistas para ampliar o debate e que este passe pelas instituições de ensino envolvidas seria um salutar caminho.

** Rogério de Souza é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)*

Edição: Brasil de Fato

Periódico: Em Tempo		Data: 07/02/2019	
		Publicação: 07/02/2019	
Referência da Matéria: Ufam firma parceria com Associação Brasil Soka		x	Com foto
			Sem foto
Caderno/Página/Coluna Educação, 12	Enfoque	Natureza	
	x Positivo		Espontânea
		X	Provocada
	Neutro		
		Tipo:	
		X	Matéria
			Artigo
			Outro
			Nota
			Classificados

Ufam firma parceria com Associação Brasil Soka

União visa desenvolver iniciativas desde a esfera acadêmica a projetos ambientais que serão desenvolvidos em Humaitá

Em reunião com o reitor Sylvio Puga, os representantes da Associação Brasil Soka Gakkai Internacional (BSGI) apresentaram planos para consolidar a parceria entre as instituições. A ideia é que o campus de Humaitá concentre as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável. Encontro ocorreu no início desta semana, no gabinete da Reitoria.

Iniciada ainda durante a gestão da reitora Márcia Perales, a parceria entre a representante brasileira da organização não governamental japonesa Soka Gakkai Internacional (SGI) visa desenvolver iniciativas que vão desde a esfera acadêmica com intercâmbio entre universidades a projetos de cunho ambiental, como o que será desenvolvido em Humaitá.

No encontro, os gestores discutiram as propostas a serem desenvolvidas conjuntamente. De acordo com o presidente da BSGI, Miguel Shiratori, o objetivo principal das ações da associação é a preservação ambiental a partir da educação. "Nosso trabalho não se limita a fazer projetos, mas dialogarmos e criarmos essa rede de solidariedade de pessoas que possam contribuir para esse desenvolvimento. Temos várias parcerias com instituições e empresas com foco em um trabalho sustentável aqui na Amazônia", disse. "O nosso objetivo é a conscientização. É mostrar que toda essa natureza pode ser preservada, mantida, para as gerações futuras, se cada cidadão se conscientizar desse valor", expôs.

O município de Humaitá foi escolhido para ser o primeiro a receber as ações do convênio tendo o Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente e o curso de engenharia ambiental como reduto de atuação. "Todo esse patrimônio genético, florestal tem de estar a serviço da sociedade. Não numa condição de subserviência, mas



Uma das iniciativas da parceria é implantar em Humaitá a criação de um banco de sementes para arborizar o município.

de elevação das próprias consciências sobre o que é o meio ambiente, sobre como utilizá-lo de forma sustentável. Agora é a hora de buscarmos fazer com que ações efetivas sejam firmadas no sentido de que a gente possa dar visibilidade a essa parceria", declarou o reitor Sylvio Puga. "Em Humaitá, temos o curso de engenharia ambiental, então, temos atores que são formados localmente para dar essa resposta à sociedade", complementou.

"Ficamos muito felizes com a parceria da Universidade e

vamos nos esforçar ao máximo para que, junto com a Universidade Federal do Amazonas, possamos fazer um trabalho que se torne referência global", respondeu o presidente da BSGI, Miguel Shiratori.

Segundo o pró-reitor de Extensão, professor Ricardo Bessa, uma das iniciativas a serem implantadas em Humaitá é a criação de um banco de sementes para arborizar o município. "A ideia é transformar Humaitá na capital ambiental da Amazônia. É a nossa proposta", exemplificou.